

Fátima quer aprovar regra do Fundeb sem emendas

A relatora do projeto que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, Fátima Cleide, considera que as negociações realizadas em torno da questão nos últimos dois anos favorecem uma votação rápida do texto pelo Plenário do Senado.

PÁGINA 5

Reforma tributária ganha nova proposta

A Subcomissão da Reforma Tributária debate nesta segunda-feira com os secretários estaduais de Fazenda a nova proposta do governo, delineada no texto do deputado Virgílio Guimarães. Em pauta, a unificação de vários tributos.

PÁGINA 7

Alternativa à Emenda 3 prevista para quarta-feira

PÁGINA 9

Congresso pode liberar mais dinheiro para o PAC

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve convocar sessão do Congresso a fim de votar projeto que modifica a Lei de Diretrizes Orçamentárias para ampliar investimentos em infraestrutura. No Senado, nove medidas provisórias do

Programa de Aceleração do Crescimento aguardam deliberação do Plenário. Entre as propostas polêmicas, destaca-se a que destina recursos do FGTS para investimentos, criticada tanto por opositoristas quanto pela base do governo.



GUILHERME FILHO/SECOM/MT

Programa prevê, entre outras ações, construção de moradias populares, como as do conjunto habitacional Sucuri, em Cuiabá

PÁGINA 3

e mais...

AGENDA

Página 2

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13



Maioridade penal: polêmica deve se repetir em Plenário

A polarização do debate e a aprovação apertada, na Comissão de Justiça (CCJ), da redução da idade penal para 16 anos indicam a intensidade da polêmica prevista para a votação da matéria em Plenário. A proposta aguarda desobstrução da pauta para entrar na ordem do dia. Na CCJ, prossegue a análise das medidas do pacote antiviolença, como o projeto que prevê punição mais rigorosa para tráfico de entorpecentes nas escolas. Desde o início de março, o colegiado já votou 24 matérias destinadas a melhorar a segurança pública.

PÁGINA 4



MOREIRA MARIZ

Demostenes defende projeto de redução na maioria penal, do qual é relator

cidadania Formalizar a empresa é garantia para o seu negócio

Acesso a crédito, amparo aos empregados e tranquilidade diante da fiscalização são algumas das razões para ter uma empresa legalizada. Saiba mais sobre tributos e encargos, tipos de empreendimentos, registro de marca e regras para prestadoras de serviços.

PÁGINA 16

DESENVOLVIMENTO Renan pode convocar sessão do Congresso para votar elevação de gastos com infra-estrutura

PAC na fila de espera do Plenário

Com uma sessão plenária do Congresso, que pode ser convocada ainda para esta semana, o presidente do Senado, Renan Calheiros, pretende dar agilidade às votações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a aprovação do projeto do Executivo (PLN 1/07) que modifica a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano para permitir o aumento dos investimentos em infra-estrutura.

No Senado, espera Renan, as nove medidas provisórias do PAC editadas pelo Executivo deverão ser aprovadas em prazo inferior ao registrado na Câmara, que concluiu o trabalho em cerca de dois meses. Na semana passada, após o feriado do Dia do Trabalho, a pauta de quarta-feira previa a votação das primeiras MPs, mas não houve deliberação.

Pacote de medidas econômicas, tributárias e legislativas destinadas a estimular a atividade econômica e a geração de empregos no país, anunciadas pelo governo em 22 de janeiro deste ano. O governo projetou no PAC investimentos da ordem de R\$ 504 bilhões até 2010. Nesse bolo, estão incluídos os recursos que sairão do Orçamento federal e das empresas estatais, além do que se espera vir do setor privado. O alvo são os investimentos em infra-estrutura econômica e social, com ênfase nas áreas de habitação, saneamento, energia e transporte.

Antes mesmo de iniciar essas votações, os senadores ainda precisarão deliberar sobre pelo menos outras duas MPs que trancam a pauta de votações desde o final do mês passado (uma abrindo crédito extraordinário de R\$ 7,4 bilhões no Orçamento da União para estatais e outra que facilita a regularização de assentamentos e o acesso a terreno ou moradia para a população de baixa renda). Tudo isso sem esquecer outra MP, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), matéria considerada prioritária pelo governo.

Das nove MPs publicadas em janeiro último, duas (346/07 e 350/07) já foram enviadas para sanção presidencial, após passarem tanto pelo crivo dos deputados quanto dos senadores. Ainda que representem uma parte substancial do programa, as MPs não esgotam as medidas do PAC (veja o quadro). Ainda precisam ser votados, primeiro na Câmara e em seguida no Senado, cinco projetos de lei (PLs), dois projetos de lei complementar (PLPs) e uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

Intensos debates e 800 emendas

Assim como fizeram no Senado, os ministros Guido Mantega (Fazenda), Paulo Bernardo (Planejamento) e Dilma Rousseff (Casa Civil) compareceram à Câmara para debater o PAC e defender a sua aprovação. Além das audiências públicas, foram realizadas 18 sessões em Plenário para votar as nove MPs, das quais cinco sofreram muitas modifica-



Conjunto habitacional no Mato Grosso: casa popular está entre os alvos prioritários do programa

ções (800 emendas). Por isso, as MPs originais do PAC chegaram ao Senado como projetos de lei de conversão (PLVs 5, 9, 8, 10 e 11/07, nesta ordem).

Proveniente da MP 353, o PLV 5/07 cria no âmbito do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) 157 cargos comissionados para os servidores que cuidarão da arrecadação dos bens e do pagamento das obrigações decorrentes da extinção da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Já o PLV 9/07 (MP 347) autorizou a União a repassar para a Caixa Econômica Federal R\$ 5,2 bilhões para o financiamento de obras de saneamento básico e habitação popular, entre outras operações. O PLV 8/07 (MP 348/07) cria

um fundo de investimentos (FIP-IE) que vai reunir recursos para financiar novos projetos de infra-estrutura.

Cercado de críticas das centrais sindicais, da oposição e até de setores governistas no Congresso (veja reportagem nesta página), o PLV 10/07 (MP 349) destina R\$ 5 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aplicação nas áreas de energia, rodovias, ferrovias, portos e saneamento, através de um fundo de investimentos. O quinto projeto do PAC incluído na pauta de votações de terça-feira (PLV 11/07, da MP 352) criou incentivos fiscais para a produção de equipamentos eletrônicos usados na TV digital.

Do que falta ser votado na

Câmara, passo necessário para a chegada dos projetos ao Senado, somente a PEC 285/04 está em condições de ser apreciada em Plenário pelos deputados. As demais matérias ainda dependem de votação nas comissões. A PEC representa a segunda fase da reforma tributária, iniciada em 2003, e aumenta em um ponto percentual o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Apesar de já haver acordo entre as lideranças do governo e da oposição para votar a PEC assim que a pauta do Plenário seja liberada, a instalação da CPI do Apagão Aéreo e seus desdobramentos consumiram boa parte da atenção dos deputados na semana passada. (Com Agência Câmara.)

Uso do FGTS promete causar polêmica

Uma das propostas mais polêmicas do governo federal para dar fôlego novo ao crescimento econômico do país é a MP 349, que liberou recursos do patrimônio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para investimentos em infra-estrutura. Um dia depois do anúncio do pacote de medidas, por exemplo, a Força Sindical e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) ingressaram com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o uso do FGTS para obras de infra-estrutura no PAC.

Mesmo com a disposição dos partidos de oposição de não prejudicar a tramitação das matérias do PAC, a disputa política que ocorreu na Câmara em torno da MP tende a se repetir no Senado, pois até membros da bancada governista têm críticas à proposta. Apesar de manifestar seu apoio ao PAC e ao uso do FGTS para investimentos em infra-estrutura, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) classificou como injustificável a poupança do trabalhador ser aplicada em operações de razoável risco, sem prévia autorização.

Ele defende que esses investimentos sigam a mesma sistemática já existente na aplicação

de recursos do fundo em habitação e saneamento.

– O Conselho Curador do FGTS fixaria periodicamente um montante de recursos a ser aplicado em infra-estrutura e tais financiamentos seriam concedidos diretamente pela Caixa Econômica Federal. O risco do investimento em infra-estrutura seria da Caixa, porque, sendo ela uma instituição financeira de fomento, tem por obrigação avaliar a pertinência e a qualidade de um projeto, a confiabilidade e a capacidade de pagamento do credor – afirmou Dornelles.

Já a bancada do DEM no Senado deve repetir a postura assumida na Câmara, onde fez dura crítica à MP. O líder José Agripino (RN) afirma, inclusive, que os R\$ 5 bilhões citados pelo governo provêm de um excedente depositado no FGTS, resultado de lucro de R\$ 22 bilhões obtido com a elevação da alíquota de contribuição dos empregadores de 8% para 8,5%, para cobrir um rombo existente no final da década passada.



Dornelles classifica de injustificável a aplicação sem aval prévio do trabalhador

– Esses R\$ 22 bilhões terão que ser apropriados pelo trabalhador e estamos pensando na elaboração de um projeto de lei para garantir essa apropriação. Afinal, esse lucro é do trabalhador. Aí, sim, se poderá discutir a aplicação ou não de R\$ 5 bilhões desse dinheiro em investimentos de infra-estrutura – disse Agripino.

A principal crítica do senador Paulo Paim (PT-RS) é com relação à falta de garantia de rentabilidade mínima aos trabalhadores para os investimentos com recursos do FGTS – que hoje rende em torno de 6% ao ano, além da inflação –, que colocaria em risco “um dos maiores programas sociais do país, que é o FGTS”.

Situação do PAC no Congresso

| | |
|--|--|
| Propostas que já haviam sido enviadas antes do PAC, mas que foram incluídas pelo governo no programa | PEC 285/04 - Prevê a unificação das regras do ICMS |
| | PL 3.337/04 - Trata da gestão e controle social das agências reguladoras |
| | PL 5.877/05 - Altera a Lei de Defesa da Concorrência |
| | PL 6.673/06 - Regula a movimentação e a comercialização do gás (Lei do Gás) |
| | PL 6.272/05 - Cria a Super-Receita, unificando as secretarias de Receita Federal e de Receita Previdenciária |
| Ainda tramitando na Câmara dos Deputados | PEC 285/04 - Prevê a unificação das regras do ICMS em todo o país |
| | PLP 388/07 - Propõe ações de cooperação na área ambiental |
| | PLP 1/07 - Limita gasto com pessoal nos três Poderes |
| | PL 3.337/04 - Dispõe sobre a gestão e controle social das agências reguladoras |
| | PL 5.877/05 - Altera a Lei de Defesa da Concorrência |
| | PL 6.673/06 - Regula a movimentação e a comercialização do gás (Lei do Gás) |
| | PL 7.709/07 - Altera a Lei de Licitações |
| Tramitando no Senado Federal | MP 340/06 - Corrige a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) em 4,5% ao ano até 2010 |
| | MP 347/07 - Autoriza o repasse à Caixa Econômica Federal de R\$ 5,2 bilhões para o financiamento de obras de saneamento básico e habitação popular |
| | MP 348/07 - Cria o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura |
| | MP 349/07 - Destina R\$ 5 bilhões do FGTS para obras de energia, rodovias, ferrovias, portos e saneamento |
| | MP 351/07 - Cria isenção de impostos a projetos de transporte, portos, energia e saneamento básico |
| Projeto que deverá ser apreciado em sessão conjunta do Congresso | MP 352/07 - Cria incentivos fiscais para a produção de equipamentos eletrônicos, como os que serão utilizados na TV digital |
| Já aprovada pelo Senado, aguarda sanção presidencial | MP 350/07 (PLV 3/07) - Permite antecipação da compra de imóvel arrendado |
| Sancionada como Lei 11.469/07 | MP 346/07 - Libera crédito extraordinário que permitirá a extinção da Rede Ferroviária Federal e da Franave |

SEGURANÇA PÚBLICA

Maioridade enfrenta crivo do Plenário

As três horas de debate que precederam a aprovação da redução da maioria penal na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e o resultado apertado (12 votos a 10) indicam a intensidade da polêmica que o assunto provocará quando chegar ao Plenário, próxima etapa de tramitação da proposta de emenda constitucional (PEC 20/99) que prevê a mudança. São necessários dois turnos de votação e um mínimo de três quintos de senadores favoráveis à aprovação da PEC.

A previsão é que a proposta, integrante do pacote antiviolença, seja votada depois que os senadores limpem a pauta das medidas provisórias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O texto aprovado na CCJ, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), substitui seis PECs sobre o tema e permite que jovens a partir dos 16 anos sejam responsabilizados criminalmente desde que passem por exame psicobiológico para determinar se têm discernimento sobre o ato cometido. O laudo técnico deverá

ser emitido por junta nomeada pelo juiz.

Se condenados por crimes hediondos, como assassinato por roubo, seqüestro e tráfico de drogas, os jovens terão de cumprir pena de prisão. Condenações por delitos brandos serão substituídas por penas alternativas, de caráter socioeducativo. Os jovens deverão ficar ainda em local distinto dos presos maiores de 18 anos.

Desde que entrou na pauta da CCJ, em fevereiro, a matéria tem

provocado intenso debate. Dois senadores, Aloizio Mercadante (PT-SP) e Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), apresentaram votos em separado contrários à redução da idade penal.

Além de considerar a proposta inconstitucional, alegaram que a CCJ estava decidindo sobre o tema ainda sob a emoção da morte do menino João Hélio, no Rio de Janeiro – crime cometido por jovens, um deles menor de 18 anos. Os integrantes desse bloco argumentam que a criminalidade entre os jovens tem causas mais complexas e que soluções pas-



Meninas cumprem internação provisória em São Paulo: polêmica sobre idade penal está longe do fim

Para relator, criminalidade tem fundo moral e jovem sabe discernir

Bloqueio de celulares será apreciado na CI

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator do projeto que determina a instalação obrigatória de bloqueadores de sinais de celulares nos presídios (PLS 137/06), acredita que as operadoras telefônicas, se forem obrigadas a implantar, manter e atualizar esses dispositivos, vão repassar os custos aos consumidores.

Essa foi uma das justificativas apresentadas pelo relator para sua decisão de propor, no substitutivo, transferir para o governo obrigações atribuídas às operadoras. O esclarecimento foi feito por Flexa Ribeiro na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que optou por adiar o exame da proposta do

ex-senador Rodolpho Tourinho para esta semana.

No texto original, as operadoras seriam obrigadas a instalar os bloqueadores nos presídios no prazo máximo de 180 dias a contar da publicação da lei. O descumprimento da norma, além de resultar em multas, poderia causar perda do direito à exploração dos serviços de telefonia celular em caso de persistência de problemas. A multa mínima seria de R\$ 30 mil, com valor máximo subindo a R\$ 150 mil.

– Há consenso de que os presídios precisam de bloqueadores, mas resta definir a quem caberá o ônus. Se for obrigação das

sariam por avanços na área de educação e nas condições gerais de vida das famílias.

Para Demostenes, porém, a criminalidade tem fundo moral e um jovem de 16 anos já tem capacidade de discernir sobre atos corretos ou não. Para ele, é uma visão equivocada culpar a pobreza.

operadoras, elas vão transferir para tarifas e, evidentemente, ninguém cogita aumentar a carga de sacrifício sobre o cidadão – disse o relator.

Flexa Ribeiro afirmou que diretores da própria Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) assumiram que o repasse aos consumidores será inevitável, já que os gastos não integram a planilha de custos das operadoras.

O relator também defendeu a necessidade de um único responsável pela operação e manutenção dos sistemas, uma vez que cada operadora, como explicou, só pode assumir obrigações pelo bloqueio do seu próprio sinal.

Prosegue votação do pacote contra a violência

A CCJ marcou reunião para a próxima quarta-feira para continuar a votação dos projetos do pacote antiviolença e examinar outras matérias. Desde o início de março, já foram aprovadas 24 propostas destinadas a combater a violência no país.

Segundo informações do gabinete do presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), na próxima reunião também devem ser apreciadas três indicações presidenciais para ministros em tribunais superiores.

Entre os projetos que ainda dependem de deliberação da comissão, está o do senador licenciado Hélio Costa, que propõe punição mais rigorosa para o tráfico de entorpecentes nas escolas (PLS 34/03) e terá decisão terminativa na CCJ. Pelo substitutivo de Tasso Jereissati

(PSDB-CE), terão as penas duplicadas os responsáveis por tráfico ilícito de drogas quando o crime envolver ou visar atingir criança e adolescente ou quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação. Também serão duplicadas as penas de quem praticar o tráfico de drogas nas dependências ou imediações de estabelecimento de ensino, conforme já previsto no texto original.

A pena será aumentada de um sexto a dois terços se o crime ocorrer em prisões, hospitais, locais de trabalho, onde se realizem espetáculos, ou em clubes sociais ou esportivos, clínicas para recuperação de drogados ou de reinserção social, unidades militares ou policiais ou no transporte público.

INVESTIGAÇÕES

CPI do Apagão Aéreo inicia trabalhos

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo da Câmara, deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), e o relator, deputado Marco Maia (PT-RS), defenderam que a CPI

comece as investigações a partir do acidente com o avião da Gol, em setembro de 2006. “Foi o que iniciou os problemas no setor”, acredita o relator. A CPI, instalada na Câmara quinta-feira passada,

realiza a primeira reunião nesta terça-feira.

Castro declarou que as investigações sobre irregularidades na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) devem restringir-se a situações relacionadas ao caos aéreo. “Se for um problema de superfaturamento em banheiros, não creio que seja foco da CPI”, ironizou.

Segundo ele, ainda não há posição definida sobre a participação por convite ou convocação de autoridades militares. Para ele, tudo vai depender das decisões da CPI e dos líderes partidários. Para Castro, a CPI deve fazer um trabalho imparcial, envolvendo todos os partidos.

– A CPI deve solucionar os graves problemas no sistema aéreo brasileiro e garantir a segurança nos voos.

No Senado, comissão ainda espera indicações dos partidos

Os líderes partidários no Senado têm prazo até o dia 15 para indicar quem vai integrar a CPI do Apagão Aéreo na Casa. Se isso não acontecer, caberá ao presidente Renan Calheiros designar os membros da comissão, cujo requerimento de criação foi lido em Plenário no dia 25 de abril.

Logo depois de indicados os 13 titulares, a CPI será considerada oficialmente aberta, com prazo de 180 dias para investigar as causas e apontar as responsabilidades por problemas no sistema de controle de tráfego aéreo e nos aeroportos brasileiros.

O DEM indicou como titulares os senadores Demostenes Torres (GO), Antonio Carlos Magalhães (BA) e José Agripino (RN); e como suplente, Raimundo Co-

lombo (SC). O PSDB escolheu os senadores Sérgio Guerra (PE) e Mário Couto (PA), como titulares, e Tasso Jereissati (CE) e Arthur Virgílio (AM), como suplentes.

Outra CPI que aguarda indicação dos integrantes é a das ONGs, que em 120 dias deve analisar a liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais e para organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip). O autor do requerimento, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), disse acreditar que a CPI seja instalada nesta semana. A CPI vai investigar também como essas entidades utilizaram esses recursos e os que elas receberam do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.



Marco Maia (E), relator da CPI, e o presidente, Marcelo Castro: indefinição sobre convocação de autoridades militares para depor

ENTREVISTA Relatora espera que Senado tome decisão rápida e sem alterar projeto já aprovado na Câmara

FÁTIMA CLEIDE



O governo já manifestou o desejo de que o PLV aprovado pela Câmara passe sem emendas pelo Senado [para que não seja necessária nova análise pelos deputados] e, assim, seja enviado para sanção presidencial. A senhora acha que é possível aprovar o projeto sem emendas?

Sim. Existem alguns problemas que poderiam ser resolvidos, mas acho que há grande discussão acumulada nos últimos dois anos sobre a matéria, na Câmara e no Senado, além da negociação que ocorreu entre o Ministério da Educação, o Conselho de Secretários Estaduais de Educação [Consed] e a Undime [União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação], com a participação de organizações sociais. A própria MP já traduziu essas discussões quando foi enviada ao Congresso. Ela foi aprimorada ainda por 231 emendas apresentadas por parlamentares. No seu relatório, a deputada Fátima Bezerra [PT-RN] acolheu diversas sugestões, melhorando o projeto. Assim, considero que, embora nem toda lei seja completa e algumas alterações possam ser feitas para melhorar o projeto, a aprovação é urgente, já que o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o Fundef, teve validade até 31 de dezembro de 2006, e iniciamos o ano sem as definições do Fundeb, que já está em vigor.

Da forma como o texto está, fica assegurado que, nos próximos dois anos, o Fundeb será avaliado por uma comissão formada pelo MEC, pela Consed e pela Undime, pela qual alterações poderão ser propostas.

Uma das principais restrições feitas

ao projeto é a definição do critério para distribuição dos recursos, criticada por subdimensionar a educação infantil. A demanda é justa? Como isso poderá ser corrigido?

A implantação do fundo é gradativa. Isso vai propiciar, durante a transição, que as alterações sejam realizadas, inclusive com relação ao custo do aluno, para que o atendimento possa melhorar. Uma das partes que mereceu muita discussão na Câmara foi justamente a composição dos conselhos de acompanhamento e fiscalização social dos recursos do Fundeb. Creio que os conselhos, da forma como previstos, poderão participar do aperfeiçoamento da lei. É uma situação interessante: poderíamos fazer as melhorias agora, mas é como consertar a pane de um avião no ar. Primeiro ele tem que pousar para ser consertado. Essa imagem cabe, pois o Fundeb já está em vigor. Nesse prazo de dois anos, poderemos avaliar a implementação e propor as mudanças, inclusive por meio de lei complementar.

Acho justos os apelos com relação à educação infantil. Hoje temos 13 milhões de crianças de até três anos e menos de 10% delas têm atendimento. É nessa fase que há mais demanda por recursos, já que é mais caro atender a essa faixa que passa pela creche e pelo pré-escolar. Acredito que são correções que vão ser feitas ao longo do processo de avaliação.

Essa, aliás, é uma das grandes inovações do Fundeb, ou seja, o reconhecimento pela União de que a educação começa quando a criança nasce e que

cabe ao Estado garantir à criança esse direito de acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento psicossocial.

A senhora acredita que o Fundeb abre o caminho para a definição de um piso salarial para os professores?

A emenda constitucional que criou o Fundeb prevê um prazo para fixação do piso. O governo já encaminhou para o Congresso o projeto de lei que fixa o piso. Da forma como foi enviado, demonstra que ainda há muita discussão para ocorrer. O envio da mensagem

responde a uma luta dos trabalhadores da educação que já acumula várias décadas.

O piso, na sua opinião, deve ser tratado igualmente, para todos os estados, ou deve haver tratamentos diferentes, respeitada a realidade de cada um deles?

O piso deve ser nacional. O próprio Fundeb é nacional. Não há por que não haver esforços dos municípios e estados que tenham dificuldade para atender o piso e promover a valorização profissional dos trabalhadores em educação. O Fundeb contribui muito para resolver esse problema e implementar o piso. Outras áreas consideradas importantes têm um piso nacional. A educação é fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Esse entendimento deve prevalecer, num esforço conjunto de União, estados e municípios, para valorização do profissional que vai desempenhar a função de educador.

Regulamentação do Fundeb sem emendas

Uma aprovação rápida e sem alterações. Essa é a previsão da senadora Fátima Cleide (PT-RO) para o projeto de lei de conversão que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Relatora da proposta (PLV 07/07), ela destacou, em entrevista ao **Jornal do**

Senado, que já foram apresentadas 231 emendas. Pronta para apresentar seu parecer, Fátima Cleide considera a regulamentação definitiva do Fundeb mais urgente que possíveis alterações. E ressalta que o texto já prevê sua avaliação nos próximos dois anos. Depois disso, afirma, mudanças necessárias devem ser feitas.

No momento estamos lidando apenas com o piso para o magistério. Mas nossa luta continua, para que os demais profissionais envolvidos em educação também tenham seus pisos salariais. E isso depende de um projeto de minha autoria, que define o que é um profissional de educação [PLS 507/03, já aprovado pelo Senado, aguardando votação na Câmara]. A partir desse projeto, já estamos trabalhando com o governo federal para garantir pisos salariais para os demais trabalhadores na educação.

Estados e municípios reclamaram muito da forma como o governo federal calculava os recursos do Fundef. A senhora acha que a situação vai se repetir com o Fundeb?

O caminho para a resolução desse problema está dado pela lei, por meio da criação da comissão formada pelo MEC, pela Consed e pela Undime para avaliar constantemente a implantação do fundo. A comissão é um grande instrumento, com participação da sociedade, para que isso não aconteça. E o governo atual tem o compromisso de desenvolver a educação com qualidade, inclusive para fazer qualquer correção de valores, como o governo do presidente Lula fez com relação ao Fundef, o que não ocorreu no governo anterior.

A senhora acredita que o contexto seja favorável à aprovação de mais essa medida provisória?

Acredito que na semana que vem [nesta semana] a matéria será apreciada e aprovada. Há no Senado o sentimento de que é necessário regulamentar o Fundeb.

“O piso salarial para professor deve ser nacional, pois o fundo é nacional”

Meta é atender 48 milhões de crianças

A regulamentação definitiva do Fundeb (Emenda Constitucional 53/06) define as regras de distribuição dos recursos, levando em conta o número de matrículas na educação básica. Assinada em 28 de dezembro passado, a medida provisória que estabelece as regras (MP 339/06) foi modificada pela Câmara e, em forma de projeto de lei de conversão (PLV 07/07), chegou ao Senado em 17 de abril, trancando a pauta desde então.

De acordo com avaliações do Ministério da Educação, a expectativa é que o Fundeb amplie de 31 milhões para 48 milhões o número de crianças atendidas pela educação básica. As estima-

tivas mais recentes indicam que, em 2007, o fundo movimentará R\$ 48 bilhões, R\$ 2 bilhões dos quais provenientes da União e o restante de estados e municípios. A contribuição da União aumentará de ano em ano até que alcance R\$ 4,5 bilhões em 2009. Os repasses federais não poderão ser inferiores a 10% do total do fundo a partir de 2010.

O Fundeb substituiu o Fundef, em vigor de 1998 a 2006. O Fundeb amplia a abrangência do Fundef para abarcar, além do ensino fundamental, todo o ensino básico, que inclui a educação infantil (creches e pré-escolas) e o ensino médio.

O novo fundo terá 14 anos de

vigência e é composto por 20% das receitas do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), do Imposto sobre Produtos Industrializados destinados à exportação (IPI-Exp), da transferência da União aos estados e municípios resultante da compensação pela desoneração de ICMS (Lei Kandir) e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).



Van leva crianças em São Paulo: o Fundeb também destina recursos para municípios pobres cuidarem de transporte escolar

INFRA-ESTRUTURA



Loteamentos já existentes, como em Manari (PE), foram excluídos da exigência de infra-estrutura básica para receber asfaltamento

Pavimentação de via poderá exigir rede de água e esgoto

A pavimentação de vias urbanas só poderá ser feita se estiver previamente implantada a rede de infra-estrutura urbana básica, como esgoto sanitário e abastecimento de água potável. A exigência consta de projeto (PLS 264/04) do senador Augusto Botelho (PT-RR) aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Emenda dos senadores Cícero Lucena (PSDB-PB) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) modificou a proposta original, restringindo a exigência apenas aos novos loteamentos.

Flexa Ribeiro citou, em defesa de sua emenda, o exemplo de Belém, onde somente 20% das ruas da cidade têm implantados os serviços de saneamento básico. Essa condição, na avaliação do senador, não deve impedir



Flexa Ribeiro e Cícero Lucena apresentaram emenda ao projeto

a pavimentação das ruas, uma providência essencial para a melhora do transporte coletivo. O mesmo argumento foi usado por Cícero Lucena. A matéria teve como relator o senador Adelmir

Santana (DEM-DF).

Ao justificar seu projeto, Augusto Botelho destacou que a falta de saneamento básico é o principal fator de disseminação de doenças infecto-contagiosas e uma das causas da elevação da taxa de mortalidade infantil. A implantação de infra-estrutura básica, que inclui obras de escoamento de água e de esgoto e distribuição de água potável e de energia elétrica, é dificultada pelos administradores públicos, que se preocupam apenas com a pavimentação, afirmou o parlamentar.

– Tal prática, condenável do ponto de vista técnico, explica-se pela escassa visibilidade política das obras de infra-estrutura – argumentou o parlamentar.

Geddel Vieira deve debater obras do PAC

Por sugestão de Inácio Arruda (PCdoB-CE), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou a realização de audiência com o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, para discutir ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sob a responsabilidade do ministério.

A comissão acolheu ainda a criação de subcomissão destinada a examinar temas relacionados ao desenvolvimento urbano.

INTEGRAÇÃO NACIONAL

Comissão quer garantia de fundo para Sudene e Sudam

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) estabeleceu esta quinta-feira como prazo final para que a equipe econômica do governo apresente uma proposta de política de integração regional que possa substituir o modelo de financiamento contido nos vetos às leis que recriaram as superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). Nesse dia, às 11h, a CDR faz a sua reunião em que a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) aguarda a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega, do secretário de Política Econômica, Bernard Appy, e do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, para explicar as bases do programa do governo.

– Só depois dessa reunião vamos saber se será possível substituir as fontes de recur-

sos previstas para a Sudam e a Sudene por um fundo de integração nacional que venha a ser proposto pelo governo – afirmou a senadora.

Caso não haja acordo, Lúcia Vânia, presidente da comissão, informou que pedirá ao presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, o cumprimento do acordo que prevê a convocação de uma sessão para examinar os vetos.

Mais que as fontes de recursos, a senadora quer ver resgatada a idéia de utilizar índices de desenvolvimento social regionais na orientação das políticas públicas. Essa parte, chamada de Lei de Responsabilidade Social por Lúcia Vânia, também foi vetada e levaria em conta indicadores de saúde, educação, emprego, saneamento, infra-estrutura e cultura, entre outros.

Secretários discutem reforma tributária

Paralelamente às negociações relativas aos vetos à criação da Sudam e da Sudene, a CDR está acompanhando os trabalhos da Subcomissão de Reforma Tributária, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para avaliar o impacto nos estados e nas regiões da nova proposta de redefinição do sistema de tributos (ver página 7). Nesta segunda-feira, a subcomissão ouvirá os secretários estaduais de Fazenda, que, de acordo com a senadora Lúcia Vânia, poderão dar uma noção de como as finanças dos estados serão afetadas por propostas como o novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

– Vamos aproveitar a discussão da subcomissão para evitar a superposição de ações – explicou a presidente da CDR.

Ela considera que, assim como ocorreu em 2003 e 2004, dificilmente será aprovada no Congresso uma reforma tributária



Novo sistema de tributos deve considerar diferenças regionais, frisa Lúcia Vânia

que não leve em conta as disparidades econômicas e sociais entre as regiões do país. Por isso, Lúcia Vânia avisou que vai exigir que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo analise o projeto do governo.

Até o momento, a nova proposta para o sistema de impostos não definiu um modelo de desenvolvimento regional. O projeto aprovado no Senado em

Aprovada gestão federal para duas rodovias

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou propostas destinadas a transferir duas rodovias para a administração federal – por inclusão na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, nos termos da Lei 5.917, de 1973. Um dos trechos compreende ligação entre as cidades de Pedro Canário, no Espírito Santo, e Nanuque, em Minas Gerais, como previsto no PLS 22/04. De autoria do senador Magno Malta (PR-ES), com relatoria de Wellington Salgado (PMDB-MG), a proposta foi acolhida em decisão terminativa.

A segunda matéria, oriunda da Câmara (PLC 67/06), refere-se ao trecho que liga a BR-222, entre a cidade de Chapadinha, no Maranhão, e a BR-342, na localidade de Buriti dos Lopes, no Piauí. O relator foi o senador Cícero Lucena. Essa proposta ainda será examinada em Plenário.

Durante a discussão, Eliseu Resende (DEM-MG), ex-ministro dos Transportes, propôs discussão sobre novos critérios para inclusão de estradas no plano de rodovias federais. Ele observou que a intenção dos propositores tem sido “inócua”, já que, disse, o governo federal pouco tem feito pela manutenção das rodovias, obrigação de que tem se desfeito por meio de privatizações. O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), deferiu pela formação de um comitê para estudar novas medidas, do qual fará parte Eliseu Resende. Marconi ressalta a necessidade de revisar proposta que tramita no Congresso desde 1995, que visa substituir a Lei 5.917.

TRIBUTAÇÃO Deputados oferecem texto mais abrangente que a proposta esboçada pelo governo aos senadores

Reforma tributária ganha nova proposta na Câmara

Quando o governo começou a dar mostras de que iria abandonar a proposta de reforma tributária delineada na primeira gestão do presidente Lula, um grupo de deputados capitaneado pelo relator da reforma, Virgílio Guimarães (PT-MG), decidiu apresentar em 9 de abril o que seria um substitutivo ao texto aprovado no Senado. “É o resultado de três anos de debates em uma comissão supra-partidária”, registra Guimarães, que tenciona manter sua proposta como ponto de partida nas negociações com a área econômica.

Mais abrangente do que o esboço das novas mudanças apresentado em abril aos senadores pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, a proposta de emenda à Constituição (PEC 31/07) inclui assuntos polêmicos como precatórios municipais, um amplo sistema de compensação tributária nas três esferas de governo, a transformação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em permanente e a criação do Conselho Tributário Nacional. Há, porém, pontos de convergência, como salienta Guimarães. A PEC 31 unifica a legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o substitui por um imposto sobre valor adicionado estadual

(IVA-E), como quer o governo. Mas não inclui o Imposto sobre Serviços (ISS) municipal nesse novo tributo, como sugere a proposta da área econômica. Também adota medidas para eliminar a guerra fiscal entre os estados, como o regime de tributação no estado de destino da mercadoria.

Supridores importantes dos cofres federais, o PIS/Pasep e a Cofins seriam agrupados em um único imposto. E o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) seria seletivo. Nem de longe, no entanto, Guimarães sugere a criação de um IVA federal, reunindo, além desses três tributos, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Pela PEC 31, o novo IVA-E terá até seis alíquotas nominais, fixadas pelo Senado, que irão variar de um mínimo de 7% a um máximo de 25%. “A legislação atual não estabelece um limite para o número de alíquotas”, explica o consultor do Senado José Patrocínio da Silveira. A proposta encabeçada por Virgílio Guimarães estabelece regras de transição para o novo sistema, como prazos diferenciados de vigência dos benefícios fiscais de ICMS concedidos pelos estados até 1º de fevereiro deste ano. Regras que o governo ainda não definiu em sua proposta.

Relator espera manter seu texto como ponto de partida nas negociações



Fiscalização de ICMS em Rondônia: imposto pode diminuir burocracia e eliminar guerra fiscal

Senadores debatem tributos com estados

Apesar de a nova estrutura tributária que o governo quer encaminhar ao Congresso no segundo semestre não passar de um esboço, os senadores da Subcomissão da Reforma Tributária querem debater a proposta em audiência com os secretários estaduais de Fazenda nesta segunda, às 19h.

No entanto, os secretários que conheceram a nova iniciativa da equipe econômica do governo em 30 de março, durante reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), ainda não avaliaram a proposta devido à “superficialidade das informações”, diz a coordenadora do fórum, Lina Maria Vieira, que deve participar da audiência.

O governo não esclareceu até agora pontos considerados fundamentais para os estados, como as regras de transição do ICMS para um imposto sobre valor adicionado dos estados (IVA-E), e os mecanismos que poderão evitar que a inclusão do Imposto sobre Produtos Industrializados no novo IVA federal subtraia recursos dos fundos de participação dos estados e dos municípios.

– O Confaz é favorável ao IVA-E, desde que se resolvam os problemas decorrentes dos prejuízos às finanças estaduais provocados pela reforma – posiciona-se Lina, que não acredita na viabilidade legal de se incluir o ISS municipal na base do novo tributo.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, se comprometeu a detalhar as medidas e construir o

texto da nova PEC com a participação dos estados e dos municípios. Mas, segundo a coordenadora do Confaz, nenhuma reunião foi agendada até agora.

O entendimento do Confaz é de que o governo quer reabrir as negociações da estaca zero. E, para tanto, a nova reforma contrapõe a extensa lista de antigas reivindicações dos estados, como a revisão de critérios para o pagamento das dívidas com a União, a regulamentação do fundo para compensar as perdas fiscais nas exportações e a política de desenvolvimento regional que dará sustentação ao fim da guerra fiscal (ver página 6).

Votação de PEC foi adiada na Câmara

Os acordos firmados com os estados durante a tramitação da PEC 285/04 – considerada uma segunda etapa da reforma tributária – estão sendo ignorados, segundo Lina. Pronta para ser apreciada pelo Plenário da Câmara na semana passada, a votação acabou adiada por manobra do governo. A justificativa do líder governista naquela Casa, deputado José Múcio Monteiro (PTB-PE), é que o texto da proposta daria margem a interpretações divergentes em relação ao único ponto da reforma que poderá ser aprovado: o aumento de um ponto percentual nos repasses federais ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), uma promessa reiterada pelo presidente Lula a prefeitos em abril. Técnicos do Ministério da Fazenda acham que não está

claro se o aumento é retroativo a 2004, quando a PEC começou a tramitar, ou se conta a partir da data de sua promulgação.

Na avaliação de opositoristas do PSDB na Câmara, o governo pretende usar o pleito dos prefeitos como instrumento de pressão para fechar acordo sobre a PEC 50/07, encaminhada em abril, que prorroga até 2011 a alíquota de 0,38% da CPMF e a Desvinculação das Receitas da União (DRU) no patamar de 20%, questões consideradas essenciais pela equipe econômica. O governo até aceita negociar, no futuro, uma redução da CPMF, como propõe projeto de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Mas o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já deixou claro que o governo não tem como abrir mão dos R\$ 35 bilhões que espera arrecadar este ano com a CPMF. Ao lado desse novo ingrediente, os estados querem discutir o fortalecimento das unidades federadas.

– O Congresso e o Executivo vêm aprovando medidas, como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e o Fundeb, que estão esgarçando o pacto federativo. São desonerações fiscais e novas despesas que nem os estados e nem os municípios têm como arcar – protesta Lina, que também critica o substitutivo sobre a PEC que define regras para o pagamento de precatórios estaduais e municipais que Valdir Raupp (PMDB-RO) está finalizando. “As mudanças são inviáveis. Nós queremos o projeto original de Renan Calheiros”, reivindica.



Appy e Jereissati na Subcomissão da Reforma Tributária, que também terá debate com secretários estaduais de Fazenda

O que muda com a nova reforma tributária

| Assunto | Como é | Como ficaria |
|--|--|--|
| Tributos sobre o consumo (indiretos) | Seis tributos, dos quais quatro federais (IPI, PIS, Cofins e Cide-Combustíveis), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS) | Substitui os quatro tributos federais por um imposto sobre valor adicionado (IVA federal) e unifica o ICMS estadual e o ISS municipal em um IVA estadual |
| Legislação | 27 leis estaduais de ICMS, 5.564 leis municipais de ISS e dezenas de leis federais | Uma única lei complementar nacional valerá para o IVA-F e para o IVA-E |
| Titularidade da receita do ICMS | Regime misto (parte fica com o estado de origem, parte com o estado de destino) | Regime de destino (a receita não é mais partilhada, ela fica com o estado de destino da mercadoria ou serviço) |
| Créditos tributários decorrentes da aquisição de bens de capital | Prazos longos para apropriação do crédito: parcelado em até 48 meses para ICMS e em até 24 meses para PIS/Cofins | Aproveitamento instantâneo |
| Cide e ISS | Hoje são cumulativos e não dão direito a crédito | Serão não cumulativos e darão direito a crédito |
| Guerra fiscal | Concessão unilateral de benefícios fiscais em detrimento das demais unidades da Federação, provocando prejuízos econômicos e financeiros | Elimina possibilidade dessa retaliação entre os estados; os benefícios fiscais em vigor serão reduzidos paulatinamente |

SINDICALISMO Regulamentação do movimento sindical é defendida por participantes de audiência pública

Falta de regras prejudica organização

A regulamentação da atividade sindical no Brasil foi defendida de forma unânime pelos participantes de audiência conjunta promovida no Senado, que debateu a ocorrência de demissões arbitrárias de dirigentes de

sindicatos. Para lideranças dos trabalhadores, especialistas e representantes do Ministério do Trabalho e da Procuradoria Geral do Ministério Público do Trabalho, o país perde com a falta de uma legislação específica para o movimento sindical.

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



Ricardo Pereira defende garantia constitucional contra demissão arbitrária. Pressão sobre dirigentes é denunciada por Carlos Henrique, Moacyr Tesch e Antônio Fernandes

Legislação específica para evitar pressão sobre líderes

Os participantes da audiência conjunta da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), realizada quinta-feira, exigem a regulamentação da atividade sindical no Brasil. O debate, requerido pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), teve a finalidade de discutir ocorrências de demissões arbitrárias de dirigentes sindicais e de membros de comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas).

José Nery (PSOL-PA) propôs que os sindicatos sejam regulamentados por legislação especí-

fica. No entanto, ressaltou que o movimento sindical precisa definir sua forma de atuação.

Para o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Antônio Fernandes Neto, o Ministério Público e os tribunais fazem interpretações dúbias da legislação, o que, na sua opinião, prejudica os sindicatos. Já o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Carlos Henrique de Oliveira, disse que os dirigentes sindicais sofrem assédio moral e discriminação no mercado de trabalho, opinião compartilhada pelo secretário-geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Moacyr Tesch Auersvald.

Crítica à pluralidade sindical e defesa do direito de greve

Os representantes de entidades sindicais presentes à audiência pública realizada no Senado manifestaram-se contrários à pluralidade de sindicatos e defenderam a regulamentação do direito de greve dos empregados e servidores públicos.

Para Carlos Henrique de Oliveira, diretor da Central Única dos Trabalhadores, a unicidade sindical privilegia a democracia e consolida o Estado democrático de direito.

O senador Romeu Tuma (DEM-SP) ressaltou que a legislação destinada à regulamentação da atividade sindical no país deve contemplar o direito de greve. Para ele, as medidas podem facilitar os acordos entre os trabalhadores e os empresários.

O representante da CUT defendeu ainda a aprovação da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da negociação coletiva no serviço público.

Representantes do governo querem debater reforma sindical

O Brasil precisa retomar a discussão da reforma sindical para proteger tanto os direitos dos trabalhadores quanto os dos empresários. Essa é a opinião do secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Luiz Antônio de Medeiros Neto, e do procurador regional do trabalho Ricardo José Macedo de Brito Pereira. Medeiros participou da audiência como representante do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. Já Ricardo Pereira representou a procuradora-geral do Ministério Público do Trabalho, Sandra Lia Simon.

Para o procurador, a garantia constitucional contra a demissão arbitrária de dirigentes sindicais, desde o início da candidatura até um ano após o término do mandato, é um instrumento fundamental para o exercício pleno do cargo. Ele ressaltou, no entanto, que a Constituição, apesar de assegurar a liberdade sindical, deixa margem para a continuidade da interferência do Estado, ao trazer, em seu texto, alguns elementos da legislação anterior.

– A unicidade sindical é, hoje, uma contradição dentro da própria Constituição, pois restringe o direito à liberdade sindical – argumentou. Já Medeiros critica omissão da legislação sobre a estabilidade dos dirigentes.

– Na minha época de sindicalista, eram 24 dirigentes com estabilidade, e isso era respeitado, pois estava na lei, que hoje é omissa – afirmou.

Especialistas cobram regulamentação

Problemas decorrentes da falta de legislação específica para regulamentar o movimento sindical foram apontados por especialistas durante a audiência conjunta da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência e da CDH. Para o representante da Indústria Alimentícia do Rio Grande do Sul, Darci Pires Rocha, as várias omissões legislativas que existem atualmente sobre o assunto têm vários culpados.

– Principalmente os parlamentares, que deveriam regulamentar o artigo 8º da Constituição federal – enfatizou, ao defender a imediata regulamentação desse dispositivo, que dispõe sobre a associação

profissional ou sindical.

Já para o professor e sociólogo do trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Paulo Albuquerque, os parlamentares falharam na construção de uma legislação mais ampla sobre os movimentos sindicais que desse proteção a dirigentes de sindicatos e a trabalhadores. Para Albuquerque, o debate mostrou visões diferenciadas de uma “sociedade autoritária e uma legislação omissa”.

– Esta audiência está apontando para certas irresponsabilidades sociais, principalmente do legislador, que foi míope em não construir uma legislação mais ampla – criticou.

Paim sugere apresentação de pauta mínima unificada

Ao presidir a audiência destinada a debater as ocorrências de demissões arbitrárias de dirigentes de sindicatos, Paim sugeriu ao movimento sindical brasileiro que apresente ao governo federal uma pauta mínima unificada com cinco reivindicações em nome dos trabalhadores brasileiros.

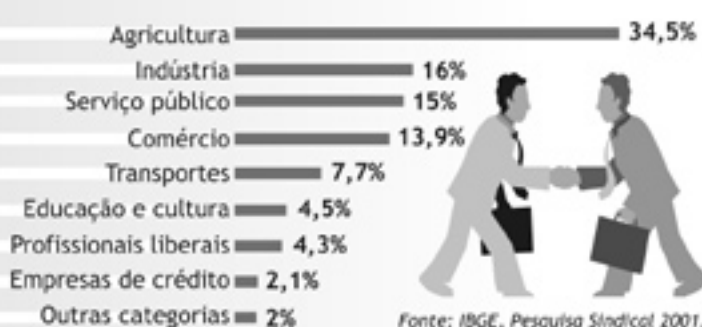
Na opinião do senador, deveriam fazer parte dessa pauta: o fim do redutor de 30% sobre as aposentadorias; a redução dos encargos sobre a folha de pagamento das empresas; a redução da jornada de trabalho sem diminuição de salário; a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; e aumentos reais de salário para os aposentados e pensionistas que ganham mais de um salário mínimo.

Para Serys Slhessarenko (PT-MT), a audiência pública foi importante porque mostrou a mobilização da classe trabalhadora.

– A democracia exige que os trabalhadores estejam mobilizados para garantir seus direitos – destacou.

Lúcia Vânia (PSDB-GO), por sua vez, pregou a necessidade de se garantir a estabilidade dos trabalhadores que assumem cargos de direção em sindicatos. A senadora pediu a criação de comissão específica para acompanhar a instalação das usinas de cana-de-açúcar que estão sendo construídas no país. Sua preocupação, observou, é evitar a ocorrência de trabalho escravo e de crianças trabalhando nessas usinas.

Sindicatos por grandes grupos profissionais



ARRECAÇÃO Líder do governo no Senado anuncia que novo projeto deve ser concluído até quarta-feira

Executivo propõe alternativa à Emenda 3

O Executivo deve concluir até esta quarta-feira um novo projeto para detalhar como será feita a cobrança de impostos das empresas criadas por um profissional para prestar serviços a uma única empresa maior, objeto da chamada Emenda 3 ao projeto que criou a Super-Receita. Em seguida, o texto segue para análise no Congresso. A informação foi passada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RO), líder do governo na Casa.

A Super-Receita foi aprovada em 13 de fevereiro pela Câmara, na forma de projeto de lei do Executivo. Naquele dia, os deputados aceitaram 15 emendas feitas pelo Senado e rejeitaram outras 11. Entre as emendas acolhidas pelos deputados estava a Emenda 3, que proibia os auditores fiscais da Receita Federal de autuar ou fechar as empresas constituídas por uma única pessoa, quando entendessem que a relação de prestação de serviços com uma outra empresa era, na verdade, uma relação trabalhista.

A emenda transferia para o Judiciário a definição de vínculo empregatício, beneficiando profissionais liberais que atuam como pessoas jurídicas e empresas que utilizam seus serviços, em substituição ao contrato de trabalho. Mas a emenda foi vetada pelo presidente Lula por ocasião da sanção da lei que criou a Super-Receita, em 16 de março.

A confecção de um novo texto em substituição à Emenda 3 foi acertada há duas semanas em reunião articulada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, entre o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e líderes parlamentares das duas Casas do Congresso Nacional.

Segundo notícia publicada pela Agência Câmara, o texto poderá tornar lícito que artistas e jornalistas constituam pessoas jurídicas com lucro presumido e relação personalíssima, mesmo quando essa relação se dá de forma continuada e regular, no mesmo local de trabalho. Para esse grupo, deve ser criada tributação adicional, cuja alíquota não está definida.

Matéria está longe da unanimidade

Associações empresariais e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB-SP) lançaram na quinta-feira passada manifesto para reivindicar do Congresso a derrubada do veto do presidente Lula à Emenda 3.

No mesmo dia, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, disse que a derrubada do veto à emenda significaria a oficialização do trabalho escravo no país. Segundo ele, os partidos da base do governo irão trabalhar para manter o veto presidencial no Legislativo.

– Defendo que o veto do presidente seja mantido. Até porque essa Emenda 3 é inconstitucional. Ela, por exemplo, tira o poder do Ministério do Trabalho de fiscalizar as empresas. Isso seria oficializar o trabalho escravo – declarou Lupi à Agência Brasil.



Romero Jucá participa das negociações em torno da Emenda 3

Super-Receita já em ação

Começou a operar na quarta-feira a Receita Federal do Brasil, fusão entre a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária. Mais conhecida como Super-Receita, a nova estrutura atribui a um único órgão a administração de todos os impostos e contribuições federais, que somaram R\$ 525 bilhões em 2006.

Para as empresas, é complicação a menos. Para o governo, é uma forma de tornar a fiscalização mais eficiente. Para as pessoas físicas, porém, não haverá mudanças. As pessoas que tiverem algum problema relativo às suas contribuições para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) continuarão sendo atendidas nas cerca de 1.164 agências do INSS espalhadas pelo país.

A Super-Receita terá menos postos de atendimento do que a atual estrutura do INSS. Na semana passada, começaram a operar 93 unidades, tendo

1.500 funcionários já treinados para a primeira etapa. Até o final do ano, a unificação deverá chegar a toda a estrutura, composta por 716 pontos de atendimento e 32 mil funcionários. A expectativa da Super-Receita é intensificar também o atendimento pela internet.

O comando da superestrutura tributária fica com Jorge Rachid, exonerado pelo presidente da República do cargo de secretário da antiga Receita e nomeado para a nova função na quarta-feira.

As bases de dados da Super-Receita continuarão separadas, com a Dataprev (ligada ao Ministério da Previdência) administrando a arrecadação previdenciária e o Serpro (vinculado à Fazenda), a de impostos. Mas os técnicos envolvidos no processo de transição construíram um sistema que permite o acesso, a partir da rede da Receita, às informações previdenciárias dos contribuintes.



Seção paulista da OAB e várias outras entidades lançam campanha para derrubar veto à Emenda 3

Em audiência, movimentos sindicais defendem a manutenção do veto

A audiência pública realizada na última quinta-feira para debater a chamada Emenda 3 ao projeto que criou a Super-Receita demonstrou mais uma vez que o movimento sindical é a favor da manutenção do veto presidencial à matéria. A audiência de quase quatro horas, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), foi realizada em conjunto pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS).

Dos dez debatedores presentes, apenas um, o advogado tributarista Ives Gandra da Silva Martins, posicionou-se pela derrubada do veto. Ele defendeu a tese de que o trabalhador tem o direito de constituir uma empresa e ser contratado por meio dela para se igualar aos profissionais liberais e pagar menos tributos.

Já o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), José Nilton Pandelot, argumentou que a emenda impediu apenas a fiscalização dos fiscais da Receita e da Previdência. Pandelot opinou que o texto deixa dúvidas se o impedimento se estende também aos fiscais trabalhistas. O presidente da Associação Nacional dos Pro-

curadores do Trabalho (ANPT), Sebastião Caixeta, foi taxativo ao considerar que a emenda impede também a fiscalização do Ministério do Trabalho.

Por sua vez, o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Carlos Henrique de Oliveira, expressou sua preocupação de que a maioria dos parlamentares se posicione a favor da derrubada do veto. Ele afirmou que foi esse o sentimento absorvido por sindicalistas que têm percorrido os corredores do Congresso.

A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Campos Jorge, argumentou que retirar o poder do fiscal de trabalho é o mesmo que tirar a polícia das ruas e deixar que as pessoas recorram à Justiça para que esta diga se os crimes dos quais foram vítimas devem ser investigados.

A secretária de cidadania da Força Sindical, Mônica Veloso, destacou que, ao aceitar ser contratado como pessoa jurídica, o empregado perde vários direitos, como décimo terceiro salário e

férias. Ela observou ainda que a derrubada do veto provocará um retrocesso no combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

O senador José Nery (PSOL-PA) afirmou que, apesar de travestida de moderna, a Emenda 3 representa uma visão atrasada que visa tornar mais precárias as relações de trabalho e negar direitos históricos conquistados pelos trabalhadores.

Paulo Paim se disse preocupado com o resultado da votação do veto em virtude de o Regimento do Congresso estipular voto secreto em casos como esse. Ele anunciou que

no dia 15 de maio, às 14h, ocorrerá uma nova audiência sobre a Emenda 3, dessa vez com representantes das confederações nacionais do Comércio (CNC), da Indústria (CNI) e do Transporte (CNT), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional de Jornais (ANJ) e Federação das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon). Essas entidades têm defendido a derrubada do veto presidencial.

Apenas o advogado Ives Gandra Martins se manifestou a favor da emenda



Em reunião conjunta da CAS e da CDH, sindicalistas defenderam o veto e a ação de fiscais

PROPOSTAS

Cristovam quer punir quem não matricula crianças

Para garantir que todas as crianças sejam efetivamente matriculadas no ensino fundamental, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou projeto de lei responsabilizando os gestores públicos e as famílias caso os dispositivos pertinentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) não sejam cumpridos. Pela LDB, o ensino fundamental de nove anos é obrigatório e sua oferta gratuita é garantida pelo Estado por meio de escolas federais, estaduais e municipais, inclusive destinadas a jovens e adultos.

A proposta de Cristovam Bu-

arque (PLS 144/07) prevê que o pai ou responsável por crianças e adolescentes de seis a 14 anos que não os matriculem em escola pública ou privada de ensino fundamental até o último dia de fevereiro de cada ano perderá todos os benefícios recebidos do setor público, podendo inclusive ter sua prisão decretada a critério do juiz de sua comarca, a pedido do Ministério Público.

Caso esteja comprovada a inexistência de vaga pelo órgão mu-

nicipal de educação, a prefeitura terá até 15 dias para providenciar e comunicar ao Ministério Público a oferta de matrícula em outra escola situada num raio inferior a três quilômetros ou com garantia de transporte escolar gratuito.

Já os dirigentes dos órgãos estaduais e municipais de educação são solidários na responsabilidade pela oferta de vaga no ensino fundamental, podendo qualquer um deles ser acionado pelo Ministério Público

quando denunciado pela família do educando ou pelo Conselho Tutelar.

Cristovam argumenta que o ensino fundamental é obrigatório no Brasil desde agosto de 1971, sendo injustificável que, tantos anos depois, ainda existam mais de 20 milhões de analfabetos entre jovens e adultos com mais de 15 anos e cerca de 55 milhões de adultos que não concluíram o ensino fundamental.

A proposta tramita na Comissão de Educação (CE), onde o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) foi designado relator.

Gestor público e família seriam responsáveis por presença na escola



Tião Viana afirma que, com sua proposta, área de saúde poderá contar com R\$ 10 bilhões a mais em recursos orçamentários

Tião Viana defende mais recursos para a saúde

A regulamentação dos percentuais e parâmetros de aplicação dos recursos que a União, estados e municípios devem destinar à saúde consta de projeto de lei complementar (PLS 121/07) do senador Tião Viana (PT-AC).

O parlamentar propõe critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com o setor nas três esferas de governo.

Pelo texto, os estados deverão aplicar pelo menos 12% da arrecadação de ICMS, IPVA e IR. Os municípios, no mínimo 15% da arrecadação com IPTU e ISS. Ao Distrito Federal caberá o somatório dos percentuais

mínimos exigidos para estados e municípios, calculados separadamente, por cobrar impostos das duas naturezas. Já a União deverá gastar na área de saúde ao menos 10% de suas receitas correntes brutas.

No Plenário em 20 de março, Tião Viana disse que a proposta aumentará em R\$ 10 bilhões o orçamento da saúde.

— O novo projeto pode ser chamado de PAC da Saúde. Isso porque ele, de imediato, implica aumento de receita, uma vez que rompe com os desvios, com o jeito e as tentativas de descumprimento inteligente das normas de gastos com a saúde — sustentou.

Paim define o que, numa greve, é serviço essencial

Para os efeitos do direito de greve, são serviços ou atividades essenciais os caracterizados como de urgência médica necessários à manutenção da vida. Esta é a definição de serviço essencial proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS) no Projeto de Lei do Senado 84/07.

Em caso de deflagração de greve em uma das categorias

profissionais vinculadas à prestação dos serviços de urgência médica, os trabalhadores ficam responsáveis pela manutenção do atendimento. A prestação dos serviços poderá obedecer a escalas especiais de plantão e cabe ao sindicato profissional ou à assembleia da categoria indicar os trabalhadores que deverão se revezar na manutenção dos

serviços essenciais. Pelo texto de Paim, é lícita a ação pacífica dos trabalhadores para obter a adesão à greve dos colegas.

Os empregadores não podem, durante ou em razão da greve, demitir ou substituir grevistas, estabelece o projeto, especificando que “a greve cessará por decisão da categoria profissional que a decretar”, vedada a interferência

das autoridades públicas, inclusive judiciárias.

É vedada ainda a interferência das Forças Armadas em conflitos trabalhistas, em especial no caso de greve: “Será nulo de pleno direito todo ato que signifique repressão, coação, prejuízo ou discriminação quanto ao trabalhador por motivo de adesão ou não à greve”.

Sibá propõe plebiscito por iniciativa popular

O Congresso poderá abrir à iniciativa popular a possibilidade de convocação de plebiscito e referendo. É o que pretende o senador Sibá Machado (PT-AC) com projeto (PLS 187/07) que estende a essas consultas as regras já estipuladas para projeto de iniciativa popular: subscrição de, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

Hoje, a convocação de plebiscito exige projeto subscrito por pelo menos um terço dos membros da Câmara ou do Senado. Pelo texto de Sibá, o eleitor comum poderá levar diretamente ao Congresso as suas propostas de consulta popular.

“O projeto se insere num processo maior, de alcance global: acrescentar mecanismos de democracia direta na democracia representativa”, explica Sibá.

Fiança poderá ser norma geral para liberdade provisória

Os acusados de crime poderão ser obrigados a pagar fiança para obter liberdade provisória, de acordo com projeto de Demostenes Torres (DEM-GO) que muda o Código de Processo Penal. Hoje, os juízes podem liberar os acusados, mesmo sem pagamento de fiança, se isso não afetar a ordem pública e econômica e não prejudicar a instrução criminal ou a aplicação da lei.

Pela proposta (PLS 139/07), o valor da fiança deixa de ter limites. E só poderá deixar de ser cobrada se o acusado for pobre e não se beneficiar economicamente com o produto do crime ou quando tiver agido por legítima defesa, necessidade ou estrito cumprimento do dever legal. O projeto inclui entre as destinações da fiança a cobertura dos gastos públicos com a investigação e o julgamento.

Benefício a produtor que preservar cursos d'água

Tramita na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) projeto de Renato Casagrande (PSB-ES) que reduz o valor que as propriedades rurais têm de pagar aos comitês de Bacias Hidrográficas pelo uso da água, desde que essas propriedades realizem determinados “serviços ambientais”.

Casagrande anunciou que o projeto (PLS 142/07) visa beneficiar o produtor rural que adotar princípios, métodos e técnicas que resultem na diminuição de sedimentos, na redução de contaminação e de resíduos que seriam despejados em cursos d'água. O senador observou que, mantidas as tendências atuais, mais de 45% da população mundial não terá a quantidade mínima de água para o consumo diário no ano de 2050. Ele acrescentou que, hoje, 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso a água potável.

Alvaro quer prestação de contas do Banco Central

Projeto de Alvaro Dias (PSDB-PR) determina que o presidente e os diretores de área do Banco Central (BC) compareçam semestralmente ao Senado para prestar contas de suas atividades e ações à frente da instituição. A proposta (PLS 126/07) encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), esperando a designação de relator. Da CCJ, seguirá para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o projeto, as visitas dos executivos do Banco Central se darão sempre nos meses de março e setembro, quando eles deverão expor as diretrizes e resultados das políticas implementadas.

Durante as visitas, presidente e diretores também terão de responder questionamentos acerca de “suas condutas éticas e profissionais antes e durante o exercício dos cargos”.



Casagrande propõe reduzir cobrança por uso da água em propriedades rurais



Projeto de Alvaro torna obrigatório comparecimento de diretores do BC ao Senado

PLENÁRIO

Alternativas energéticas preocupam Sibá Machado

Sibá Machado (PT-AC) manifestou na última sexta-feira preocupação com as dificuldades que os governos de todos os países terão para encontrar matéria-prima que substitua, adequadamente, os combustíveis fósseis, entre os quais o petróleo, o carvão e o gás mineral. Ele observou que alternativas energéticas como o biodiesel e o álcool serão insuficientes para substituir, em toda a amplitude, os produtos gerados pelos combustíveis fósseis.

O senador expressou essa preocupação ao falar a respeito do terceiro encontro de cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que acontece em Bangcoc, na Tailândia, para discutir formas de prevenir o mundo da iminência de catástrofes naturais provocadas pelo aquecimento global.

– Corremos o risco de que os seres humanos sejam varridos da face da Terra, como ocorreu com os dinossauros – disse Sibá.

Heráclito acusa governo de descumprir promessas

Na avaliação de Heráclito Fortes (DEM-PI) o governo, mais uma vez, descumpriu uma promessa feita. O senador referiu-se, na última sexta-feira, à garantia dada pelo presidente Lula aos prefeitos reunidos em Brasília no mês passado, durante a 10ª Marcha dos Prefeitos em Defesa dos Municípios, de aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

– O governo também frustra os prefeitos quando reduz, e muito, as promessas feitas com relação a financiamento para obras de saneamento básico

– criticou o senador.

Heráclito protestou ainda contra possíveis demissões a serem realizadas pelo Banco do Brasil, para atender, segundo ele, aos interesses de bancos internacionais. A informação foi veiculada no blog do jornalista Cláudio Humberto.

Outro tema abordado pelo senador foi o anúncio feito pelo governador Wellington Dias, do Piauí, sobre a abertura, pela multinacional Coca-Cola, de uma fábrica para produzir suco no estado. Heráclito acredita que o governador tenha se precipitado ao anunciar a medida.

PT piorou educação no Piauí, afirma Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) disse que é culpa do governo do PT o fato de o Piauí estar se destacando na mídia pelo mau desempenho na educação e “até mesmo por estar fora do mapa”.



Mão Santa

Ele leu na última sexta-feira, em Plenário, várias manchetes de jornais do seu estado, com os títulos “Educação do Piauí tem as piores notas do país” (Diário do Povo do Piauí) e “Piauí fora do mapa” (O Dia).

O senador afirmou que a educação no Piauí vai mal porque 75% dos professores são

contratados sem concurso, com base em indicação política, sem comprometimento com o ensino e o desempenho pedagógico. Com relação à reportagem “Piauí fora do mapa”, ele explicou que é informado que até mesmo a revista Quatro Rodas resolveu tirar a região das suas páginas devido às péssimas condições das estradas.

Mão Santa ainda anunciou a inauguração, no último sábado, na cidade de Buriti dos Lopes, no norte do Piauí, de uma moderna escola técnica.

Mão Santa ainda anunciou a inauguração, no último sábado, na cidade de Buriti dos Lopes, no norte do Piauí, de uma moderna escola técnica.

Mesquita Júnior defende servidor da Polícia Federal

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) pediu aos parlamentares, na última sexta-feira, que intercedam junto ao Ministério do Planejamento em favor dos servidores administrativos da Polícia Federal, que reivindicam um plano de cargos e salários já prometido pelo governo. Esses servidores, disse o senador, ameaçam entrar em greve caso o projeto de reestruturação de suas carreiras não seja implementado.

Os servidores administrativos cuidam de todo o preparo

e a logística das operações realizadas pela Polícia Federal e são muito importantes para a instituição, afirmou Mesquita Júnior, ao ressaltar que a urgência do projeto de reestruturação de cargos e salários para essa categoria é um fato, pois está havendo elevado índice de exoneração devido à insatisfação com os baixos salários.

Sobre o trabalho da Polícia Federal, o senador frisou que o país só pode se orgulhar, pois a instituição “não tem dado trégua ao crime neste país”.

Tião Viana apóia quebra de patente

Ao comentar a quebra de patente do medicamento anti-retroviral Efavirenz – produzido pelo laboratório norte-americano Merck Sharp & Dohme e utilizado no tratamento de pacientes com Aids –, o senador Tião Viana (PT-AC) manifestou apoio à medida, anunciada na última sexta-feira.

O parlamentar citou a revista Carta Capital, a qual afirma que o país é “refém da indústria de remédios” e que “a falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento atoa o Brasil aos laboratórios multinacionais”. Segundo essa publicação, “o país paga até sete vezes mais por medicamentos contra a Aids”.

– Isso é muito grave e preocu-

pante, porque a assistência farmacêutica pressupõe um direito elementar da cidadania expresso na Constituição – declarou ele.

De acordo com Tião Viana, o remédio em questão é vendido a US\$ 1,50 para o governo brasileiro, enquanto na Tailândia seria comercializado a US\$ 0,65. Por essa razão, argumentou o senador, “nosso governo se sente refém da patente por meio da qual a Merck Sharp & Dohme pratica um preço exorbitante”.

Ao negociar com o governo federal, a empresa propôs um desconto de 30% no preço do medicamento – após sugerir, inicialmente, uma redução de 2%, de acordo com Tião Viana. Essas propostas foram rejeitadas.

– O governo a achou insuficiente, porque queria uma diminuição de 70% – ressaltou.

Tião Viana lembrou ainda que o atual governador de São Paulo, José Serra, na época em que era ministro da Saúde, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, também ameaçou quebrar a patente de remédios para o tratamento da Aids e, dessa forma, obteve uma redução de preços sem precisar de fato determinar a quebra.

O senador também apoiou as recentes declarações do atual ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para quem a pesquisa básica brasileira no setor farmacêutico foi praticamente abandonada.

Projeto de Maciel institui a residência educacional

Marco Maciel (DEM-PE) anunciou que apresentou na última sexta-feira projeto de lei que institui a residência educacional na educação básica, tornando-a obrigatória para professores dos dois anos iniciais do ensino fundamental tanto na rede pública quanto na privada.

De acordo com o senador, a proposta, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), foi inspirada no exemplo da residência médica, que trouxe, segundo ele, resultados muito positivos para a formação dos médicos brasileiros.

– O objetivo é justamente esse: formar especialistas em educação e criar, a exemplo da residência médica, a residência educacional, adaptada às circunstâncias da nossa educação – explicou o senador, para depois destacar que na primeira série do

ensino fundamental as taxas de reprovação são alarmantes.

Maciel esclareceu ainda que a residência educacional será uma etapa posterior à formação dos professores, com uma carga mínima de 800 horas de duração, período durante o qual o professor recém-formado receberá uma bolsa de estudos.

A fim de não prejudicar os professores que já estão em sala de aula ou preparando-se para concluir os cursos de magistério e Pedagogia, o senador explicou ainda que a residência educacional somente será obrigatória após dois anos da entrada em vigor da nova lei, caso ela seja sancionada. Mas, a partir daí, segundo ele, começará a ser exigido um certificado de aprovação na residência educacional para que o professor possa atuar nos dois anos iniciais do ensino fundamental.

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



Maciel: medida, que visa formar especialistas em educação, foi inspirada na residência médica

– Garantem-se os direitos adquiridos aos atuais professores em exercício, embora um programa de residência, como atualização profissional, possa ser oferecido pelos sistemas de ensino aos professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental – afirmou Maciel.

Em apartes, os senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Mão Santa (PMDB-PI) elogiaram a iniciativa de Marco Maciel.

Quintanilha quer ensino profissionalizante rural

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu na última sexta-feira investimentos do governo federal na implantação de escolas públicas profissionalizantes na área rural. Ele apontou o modelo de ensino profissionalizante do denominado Sistema S – composto, entre outras organizações, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) – como ideal para as escolas públicas dos municípios onde a educação, a seu ver, poderia estar mais voltada para o mercado de trabalho local, ou seja, para a produção rural.

Para o senador, essa seria uma alternativa não só para a redução do êxodo rural que congestiona a vida das grandes cidades, como também para manter na escola o aluno carente de recursos até sua completa alfabetização e inserção profissional.

– Essas escolas poderiam produzir o suficiente para o consumo dos seus próprios alunos e ainda das escolas públicas do ensino fundamental dos municípios aos quais estariam ligadas, ensinando a plantar e a fabricar produtos para suprir essa demanda e ainda para formar profissionais que automaticamente seriam absorvidos pelo mercado local – sustentou.

Paulo Paim alerta para sucateamento da Uergs

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) está em situação crítica, de sucateamento, com uma dívida de aproximadamente R\$ 11,3 milhões. O alerta foi feito na última sexta-feira pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

– O povo queria uma instituição forte, voltada para a realidade das regiões do estado, presente em mais de 30 municípios gaúchos, com mais de 200 professores qualificados e cerca de 4.500 alunos matriculados em 25 cursos. Infelizmente, essa instituição atravessa uma séria crise financeira – lamentou.

Para debater o assunto, Paim anunciou a realização de uma reunião da bancada gaúcha – composta pelos senadores Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB), além dele – com o reitor da universidade, professor Carlos Alberto Martins, no dia 17, em Brasília. A Comissão de Educação (CE) também realizará audiência pública no dia 4 de junho na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Ainda na sexta, Paim apresentou em Plenário, em nome dos três senadores gaúchos, três votos de louvor: um em comemoração aos 50 anos da Rádio Guaíba, outro pelos 43 anos do jornal Zero Hora e um terceiro pela instalação, nesta segunda-feira, em Montevidéu, do Parlamento do Mercosul.

HOMENAGENS Senado reverencia a memória do marechal Cândido Rondon, de Octavio Frias e de Paulo Freire



Parlamentares lembram os 142 anos do nascimento de Cândido Rondon e saúdam centenário da comissão que, chefiada pelo marechal, desbravou o interior do Brasil

Plenário homenageia marechal Rondon

Os 142 anos do militar indigenista Cândido Mariano da Silva Rondon, o marechal Rondon, foram homenageados pelo Senado Federal na última quinta-feira. O ano de 2007 também marca o centenário da instituição da Comissão Rondon, que desbravou o interior do Brasil para instalar linhas telegráficas, ao mesmo tempo em que entrou em contato com tribos indígenas ainda desconhecidas e revisou a geografia do país.

Proposta por Jayme Campos (DEM-MT), a sessão foi presidida por Gerson Camata (PMDB-ES) e

contou com a presença do neto do marechal, Almanzar Rondon, e de autoridades de Rondônia e de Mato Grosso.

Rondon nasceu em Mimoso, atual Santo Antônio do Leverger (MT). Entrou para o Exército em 1881. Graduou-se pela Escola Superior de Guerra e integrou a luta contra a escravatura e pela Proclamação da República. Em 1907, foi nomeado chefe da Comissão Rondon. O marechal aperfeiçoou a cartografia então conhecida. E inspirou o Projeto Rondon, movimento que procura integrar o universitário à realidade brasileira. Ele faleceu no Rio de Janeiro, em 1958.

Desbravador e herói da pátria

Durante a sessão de homenagem, Jayme Campos afirmou que as missões capitaneadas pelo marechal “redirecionaram a vocação interiorana e reinventaram a história do Brasil” e lembrou que Rondon foi o primeiro brasileiro a se dedicar à causa indígena.

De acordo com o senador Expedito Júnior (PR-RO), a maior homenagem prestada ao marechal foi dar o nome de Rondônia

ao então território do Guaporé. Ele apresentou projeto com o objetivo de inscrever Rondon no Livro dos Heróis Nacionais, que homenageia os heróis da pátria.

Já Romeu Tuma (DEM-SP) reverenciou o militar por seu papel na integração e na preservação das comunidades indígenas. Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que Rondon chegou a ser indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz. Para Cristovam Buarque (PDT-DF), seguir o exemplo do militar que desbravou o interior do Brasil é investir em educação e cuidar do meio ambiente. Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu à Câmara que conclua a votação do Estatuto dos Povos Indígenas, e sugeriu que essa lei seja denominada Lei Cândido Rondon.

Mão Santa (PMDB-PI) citou frase de Darcy Ribeiro sobre Rondon: “Feliz do povo que não precisa buscar o exemplo em outras histórias, em outros países. Nossos exemplos estão aqui”.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que o marechal Rondon e a Coluna Prestes, que se enfrentaram, tinham ao menos um grande objetivo comum: integrar ao país o Centro-Oeste e a Amazônia. Arthur Virgílio (PSDB-AM) elogiou a iniciativa da RedeTV! de criar uma minissérie para mostrar os feitos do marechal.

Nery e Cristovam destacam ideais de Paulo Freire

Os dez anos da morte do educador Paulo Freire (1921-1997), pernambucano socialista que se destacou pela criação de um método de alfabetização de adultos considerado revolucionário, foram lembrados em Plenário na última quarta-feira pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e José Nery (PSOL-PA).

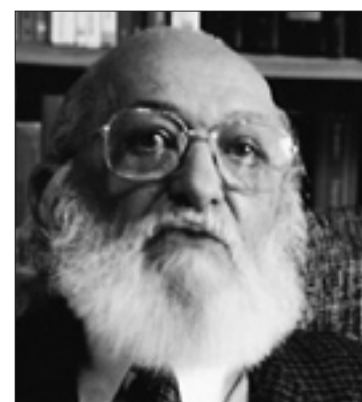
Nery relembrou a trajetória do educador, que aprendeu a ler em casa, escrevendo com gravetos, e se tornou referência mundial por seu método de educação que valoriza o universo cultural e vivencial dos educandos.

Por sua vez, Cristovam afirmou que Freire “foi um dos maiores brasileiros do século 20, pela sua força, carisma e autoridade”.

– Eu sinto duas grandes saudades de Paulo Freire: uma, é a saudade pessoal, de quem convivi com ele; a outra é a saudade de um brasileiro que percebe, hoje, como ele seria imprescindível para trazer de volta o sonho utópico e o compromisso revolucionário com a educação – disse

Cristovam, para quem a permanência da obra de Freire se justifica pelo fato de a educação representar atualmente “quase que um objetivo da utopia que a gente precisa no futuro”.

Já José Nery declarou que Paulo Freire “questionou de forma



Os dez anos da morte do educador Paulo Freire foram lembrados em discursos

contundente todas as formas de ensinar e aprender impostas pela classe dominante” e fez da educação um “instrumento político de combate ao autoritarismo e de luta pela democracia”.

Os dois senadores cumprimentaram a viúva de Paulo Freire, Ana

Maria Araújo Freire (Anita), presente à sessão. O presidente do Senado, Renan Calheiros, associou-se à homenagem. Também se manifestaram Eduardo

Suplicy (PT-SP), que solicitou ao governo providências para a instalação da Fundação Paulo Freire, em São Paulo, e Eptácio Cafeteira (PTB-MA), que frisou ser digno de louvor encontrar alguém com o espírito do educador “num mundo em que cada um cuida de si”.

Paulo Freire pregava que o ato de educar é eminentemente político



Octavio Frias, falecido aos 94 anos, comandou o Grupo Folha até o ano passado



Há cem anos, Rondon e sua expedição fizeram contato com tribos indígenas e revisaram a geografia do país

Senadores lamentam morte de Octavio Frias de Oliveira

Encabeçado pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), requerimento solicitando a realização de sessão especial em homenagem ao empresário Octavio Frias de Oliveira foi aprovado em Plenário. Presidente do Grupo Folha, Frias morreu dia 29 de abril, aos 94 anos, em São Paulo.

A trajetória profissional do empresário foi lembrada na semana passada por diversos senadores, em discursos da tribuna. Os par-

lamentares destacaram os desafios assumidos por Octavio Frias a partir da aquisição do jornal Folha de S. Paulo e sua liderança à frente do grupo que hoje inclui o portal Universo On-Line (UOL), o Instituto Datafolha, o jornal Agora, a editora Publifolha, a gráfica Plural e o diário econômico Valor, em parceria com as Organizações Globo.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o empresário foi “um brasileiro

ímpar, um patriota como poucos, que tinha paixão pela notícia e pela informação”. Romeu Tuma relembrou a história de vida de Octavio Frias e sua infância difícil, destacando a perseverança que o levou a grandes conquistas empresariais.

José Sarney (PMDB-AP) ressaltou as características marcantes de Frias: “Ele conversava com alma de repórter, sempre perguntando. Nunca ele, que era dono de um império de comunicação,

colocou um pedaço desse império a serviço da vaidade pessoal”.

Virgílio ressaltou o espírito democrático do empresário, “que se traduziu na ampla liberdade de expressão conquistada pelos profissionais do Grupo Folha”.

Os senadores José Agripino (DEM-RN), Pedro Simon (PMDB-RS), Marco Maciel (DEM-PE), Magno Malta (PR-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cicero Lucena (PSDB-PB) também homenagearam Frias em discursos.

Voz do Leitor

PROFESSORES

“O Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, fixa o piso salarial do professor em R\$ 850. Isso não é valorização do magistério, é desvalorização dos profissionais do ensino. O Manifesto dos Senadores pela Educação, assinado pelos 81 parlamentares, lançado em outubro de 2005, propõe que ‘todos os professores, com piso salarial próprio, serão remunerados acima da média dos grupos ocupacionais que tenham formação idêntica’. Cabe lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) dispõe que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena. Sendo assim, é simplesmente risível fixar o piso salarial dos professores em R\$ 850.”

Rodolpho Pereira Lima, de São Paulo (SP)

“Solicito que os senadores se unam e trabalhem em prol da educação do país através de projetos que obriguem o governo a dar mais atenção para essa questão. As autoridades precisam cumprir o Estatuto do Magistério e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.”

Adilson de Jesus Sousa, de Codó (MA)

REFORMA POLÍTICA

“Na reforma política, fala-se em criar o financiamento público de campanha, mas ele já existe. Quem é que paga pelo horário nobre destinado à propaganda política dos candidatos no rádio e na televisão? E nas pequenas cidades, onde não tem rádio, nem televisão, o candidato deve pedir o voto diretamente ao eleitor? Dizem que uma

campanha política é muito cara, mas nada faz barrar essa discrepância.”

Antonio Cleiton Brilhante Sousa, de Pentecoste (CE)

JUDICIÁRIO

“É fácil entender e explicar a lentidão nos órgãos da Justiça brasileira. Seus servidores gozam de direitos que outras categorias não têm. O Poder Judiciário tem longos períodos de recesso durante o ano, enquanto o setor industrial e comercial do país continua a produzir e gerar riquezas para o Brasil. Os Correios, por exemplo, não têm recesso e trabalham inclusive aos sábados para atender a quem precisa dos seus serviços.”

Fábio Alves Leão, de Rio Verde (GO)

CARTEIRA DE MOTORISTA

“Os senadores deveriam fazer algo em prol das pessoas que almejam tirar a carteira de motorista, pois o preço atual para obter a CNH está muito elevado e acaba por prejudicar as pessoas que precisam estar habilitadas por motivo de trabalho.”

Evandro Vieira de Almeida, de Alegrete (RS)

RÁDIOS

“Solicito aos congressistas que atentem para a necessidade urgente de falar sobre concessões de rádio e TV. A realidade, mais uma vez, atropela a legislação. A cidade de Camaquã tem 22 emissoras FM piratas, que não estão sujeitas a leis, não pagam impostos e não são fiscalizadas. Mas fazem concorrência desleal às outras rádios que estão estabelecidas legalmente.”

Josete Hetzel, de Camaquã (RS)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

O Senado homenageou o educador Paulo Freire na quarta-feira, dia em que se completaram dez anos de sua morte.

A viúva de Freire, Ana Maria, tomou assento na Mesa dos trabalhos do Plenário e foi cumprimentada pelos senadores, entre eles Valter Pereira (*em pé*), Eduardo Suplicy e José Nery (*sentados*). Autor de um método que revolucionou a alfabetização de adultos e do livro *A pedagogia do oprimido*, Freire morreu em 1997, aos 76 anos



JOSE CRUZ

Pergunte ao Senador

EMENDA 3

Luiz Carlos Rocha dos Santos, de Cachoeira (BA)

“Qual a importância da Emenda 3 da Super-Receita para a sociedade brasileira? Por que houve veto por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva?”

O senador José Agripino (DEM-RN) responde:

Considero o veto do governo à Emenda 3 da Super-Receita uma truculência tributária e um desrespeito à lei. A emenda que o presidente vetou foi proposta pelo DEM e impede que os auditores fiscais do novo órgão decidam se a relação de uma pessoa com uma determinada empresa é trabalhista ou empresarial, como estava no projeto do Executivo. Só a Justiça do Trabalho, e não um agente da Receita Federal, pode arbitrar sobre isso e dizer se uma pessoa é física ou jurídica. E é isso que defendemos. Queremos proteger os milhares de profissionais liberais brasileiros que atuam no mercado como pessoa jurídica. Quando votamos a Super-Receita, me convenci de que beneficiava o país. Era uma forma justa de arrecadação de recursos pela Receita Federal. Subscrevi a Emenda 3 porque o meu partido luta para defender os interesses dos prestadores de serviço. O Executivo deve ser claro em relação às suas verdadeiras intenções quanto ao veto. Vamos fazer tudo para evitar a gulodice fiscal de um governo que só sabe gastar. Nós continuamos com a firme disposição de derrubar o veto do presidente.



Agora é lei

Mais severidade para crime hediondo

O regime de progressão de pena para os condenados por prática de crimes hediondos ficou mais severo, com a aprovação da Lei 11.464/07, já sancionada pelo presidente Lula. O texto deu nova redação ao artigo 2º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990. São considerados crimes hediondos o latrocínio (roubo seguido de morte), o homicídio qualificado (com agravante), o estupro e o atentado violento ao pudor. A partir de agora, os condenados por esse tipo de crime só terão direito à progressão penal após o cumprimento de dois quintos da pena em regime fechado, no caso de réu primário, e após o cumprimento de três quintos, se reincidente. Ao fixar a sentença condenatória, caberá ao juiz decidir se o réu poderá apelar em liberdade.

Pela forma anterior, a progressão era vetada, porém o benefício acabava sendo concedido após o cumprimento de um sexto da pena. Assim, se o condenado tinha 18 anos a cumprir, o benefício poderia ser concedido depois de três anos. Agora, pode haver progressão somente com cumprimento de sete anos e dois meses, se primário, e com dez anos e oito meses, se reincidente.

O projeto do Executivo teve o intuito de adequar a legislação a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que decretou a inconstitucionalidade de parte da legislação sobre crimes hediondos, por considerar que o texto proibia a progressão das penas para os condenados por crime hediondo e era ofensivo à garantia constitucional de individualização da pena.

Frases

“Depois do que tem acontecido nos últimos tempos, com tamanho desvio na conduta ética por todos os Poderes da República, inclusive no Judiciário, parece que além das orações cada vez mais intensas - quem sabe? - nos reste ‘apelar para o Papa’”.

Pedro Simon, em defesa das instituições brasileiras.

“Não podemos pôr em questão uma decisão do Supremo, mas com ela o Estatuto [do Desarmamento] sai muito enfraquecido. Isso é lamentável”

César Borges, sobre decisão do STF, que considerou inconstitucionais artigos que vedavam o pagamento de fiança a presos por porte ilegal de armas.

“Tenho me colocado à disposição do presidente Lula, dos governadores e dos prefeitos no sentido de prepararmos a transição do Bolsa Família para o dia em que tivermos a renda básica para a Xuxa, o Pelé, toda e qualquer pessoa, todo e qualquer empresário bem-sucedido, todos, mais o José, o João e a Maria”

Eduardo Suplicy, ao elogiar proposta de se dividir parte da receita do petróleo no Iraque entre os cidadãos daquele país.

“Ele conversava com alma de repórter, sempre perguntando. Nunca ele, que era dono de um império de comunicação, colocou um pedaço desse império a serviço da vaidade pessoal”

José Sarney, sobre o fundador da Folha de S. Paulo, Octavio Frias, falecido em 28 de abril.

“Nosso governo se sente refém da patente por meio da qual a Merck Sharp & Dohme pratica um preço exorbitante”

Tião Viana, apoiando a decisão do governo de quebrar a patente do medicamento Efavirenz, usado por pacientes com Aids.

“Essa CPI não vai ser espetacular. Essa questão da corrupção deve ser vista com limites: até onde ela influenciou a crise”

Sérgio Guerra, delineando como o PSDB vai atuar na CPI do Apagão Aéreo do Senado.

Função do Mercosul em debate

O programa Conexão Senado da Rádio Senado debate, ao meio-dia desta segunda-feira, a contribuição para a vida dos cidadãos brasileiros e dos países vizinhos do Parlamento do Mercosul, que realiza nesse mesmo dia sua sessão inaugural, no plenário da Assembléia Nacional do Uruguai, em Montevideú.

Parlamentares do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai são membros plenos, enquanto um assento será destinado à Venezuela, na condição de membro em processo de adesão.

A representação brasileira terá a participação de nove senadores e nove deputados federais. Uma das funções do Parlamento do Mercosul será promover a harmonização das legislações dos países do bloco, inclusive de suas cons-

tituições. O novo parlamento também terá que agir no sentido de atender aos anseios e às preocupações dos diversos setores da sociedade civil dos Estados-membros.

Entrevistados falam de educação e ciência

O Programa de Desenvolvimento da Educação, lançado na semana passada pelo governo federal, é o assunto do Fique por Dentro da Lei desta terça-feira, às 8h30.

O entrevistado é Francisco das Chagas, secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, que falará especialmente sobre educação básica: o cumprimento de metas pelas escolas, a merenda escolar, o acesso ao ensino e o piso salarial dos professores.



Senador Sérgio Zambiasi (E), um dos nove representantes do Brasil no Parlamento, com o presidente Lula e Renan Calheiros

Benjamim Galvão, diretor do Laboratório de Integração e Testes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), é o entrevistado do programa Ciência em Dia de quarta-feira, às 8h30. Criado para testar os componentes

dos satélites produzidos pelo Programa Espacial Brasileiro, o laboratório também testa e certifica produtos para a indústria brasileira, provando que os investimentos em ciência podem ser usufruídos por toda a sociedade.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3

- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2

- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Uma história do sistema eleitoral no Brasil

ALEXANDRE GUIMARÃES

A reunião de 40 artigos do jornalista e historiador Manoel Rodrigues Ferreira numa edição ricamente ilustrada está no livro *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*, volume da Biblioteca Básica Brasileira, co-editado pelo Senado Federal e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Originalmente publicados, na década de 1950, no jornal paulista *A Gazeta*, os artigos contam uma bem detalhada história de nosso sistema

eleitoral. Cronologicamente, segue-se desde a primeira eleição, em 23 de janeiro de 1532, para o conselho municipal de São Vicente à legislação eleitoral no período da Primeira República.

Fatos tornam-se curiosidade histórica. Vê-se, por exemplo, o rei Filipe II assinar o Alvará de 12 de novembro de 1611, aperfeiçoando o processo eleitoral estabelecido pelas Ordenações Filipinas de 1603 para acabar com “subornos e desordens” nas eleições de juizes e oficiais das câmaras municipais.

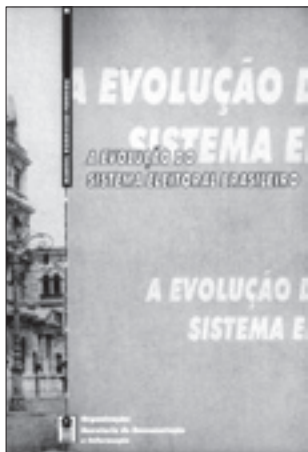
Aprende-se, entre outras coisas, nas lições de Rodrigues Ferreira, que até 1822 o povo votava sem restrições. Somente a partir da independência política a população perde vários direitos: votar passa a ser privilégio de uma minoria.

Durante a evolução do sistema, observam-se suas tantas transformações, tais como a criação dos partidos políticos no Império, o surgimento do título de eleitor em 1875 e o fim do voto dos analfabetos com o advento da República.

A obra de Manoel Rodrigues Ferreira, mesmo sem a pretensão de ser um tratado histórico sobre o tema, é das mais esclarecedoras e de mais prazerosa leitura.

O livro é fundamental para o simples entendimento de como a democracia evoluiu no país desde seu descobrimento pelos portugueses.

Também é fonte primordial para os estudiosos do Direito Eleitoral e do processo político brasileiro.



REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*, volume da Biblioteca Básica Brasileira, pode ser adquirido por R\$ 25. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Comitê de imprensa ficará mais moderno

Projeto de reestruturação do comitê de imprensa do Senado foi apresentado na sexta-feira aos jornalistas que fazem a cobertura diária da Casa, incluindo os da Agência Senado, em café da manhã prestigiado pelo diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, pelo diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Weiller Diniz, e pela diretora da Agência, Valéria Ribeiro. Também participaram os diretores da Rádio Senado, Ivan Godoy, do *Jornal do Senado*, Eduardo Leão, e de *Relações Públicas*, Juliana Rebelo.

A reforma, projetada pelo escritório de Oscar Niemeyer, está orçada em R\$ 356,6 mil e prevê um mezanino para abrigar os jornalistas da Agência, elevador, copa, banheiros, cabines de rádio, 29 bancadas com computadores e internet sem fio. As obras devem durar três meses e



J. FREITAS

Valéria Ribeiro, diretora da Agência, ouve Weiller Diniz, diretor de Comunicação do Senado: internet sem fio está entre novidades

começarão assim que ficar pronto um comitê provisório.

Para Weiller Diniz, a reforma é uma “necessidade imperativa” e deverá melhorar as condições de trabalho, além de democratizar ainda mais a divulgação de informações com a internet sem fio. Valéria Ribeiro lembrou que a iniciativa atenderá aos jornalistas

dos veículos de comunicação externos e os da Casa, enquanto o diretor-adjunto da Agência, Davi Emerich, apresentou a história do comitê desde a época do Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, quando foi freqüentado por Rubem Braga, Carlos Castello Branco, Otto Lara Resende e Carlos Lacerda, entre outros.

Pesquisa pode ser devolvida até 14 de maio

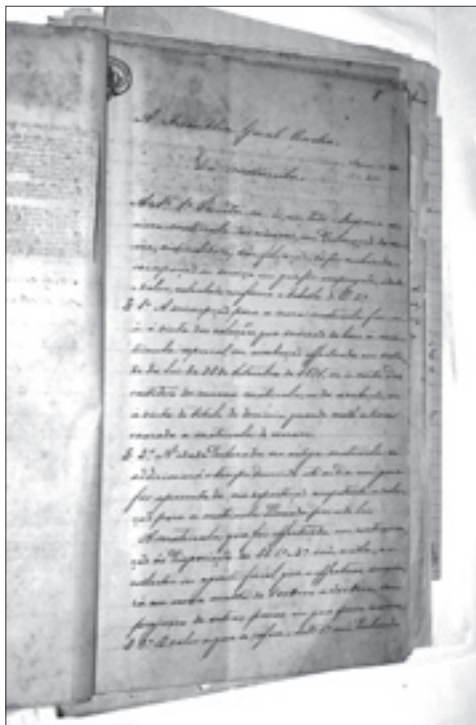
Foi prorrogado para 14 de maio, próxima segunda-feira, o prazo para devolução, por parte dos leitores, da pesquisa sobre o *Jornal do Senado*. A data inicial informada aos assinantes era 30 de abril, mas foi alterada devido a atraso no envio da pesquisa.

O levantamento permitirá conhecer a opinião do leitor sobre o jornal, com o objetivo de aprimorá-lo e oferecer um veículo sintonizado com as necessidades de informação do leitor. As perguntas se referem à distribuição, diagramação, fotos e reportagens.

Não há necessidade de se identificar e a devolução do questionário é gratuita. Basta respondê-lo e entregá-lo em uma agência dos Correios. Mais informações pelo telefone 0800-612211, pelo e-mail jornal@senado.gov.br ou no endereço www.senado.gov.br/jornal.

Arquivo aberto

O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão. A Lei Áurea foi assinada em 13 de maio de 1888, sob o número 3.353: “A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil” (*sic*). O projeto da Lei Áurea e de outras relacionadas ao processo abolicionista, como a Lei do Ventre Livre, está no Arquivo do Senado. O 13 de maio foi lembrado diversas vezes na história da Casa. No 80º aniversário, em 1968, o senador Edmundo Levi defendeu que a liberdade só se confirmaria quando o Brasil proporcionasse melhores condições de educação para o povo: “A maior liberdade, por certo, há de ser conseguida através do aprimoramento da inteligência, por intermédio do aperfeiçoamento do espírito”. O discurso está nos Anais do Senado. Há dez anos, em 1997, a homenagem veio na forma de aprovação de outra lei (9.449), que pune os crimes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.



REPRODUÇÃO

8 de maio – O Dia da Vitória, que representa a rendição nazista na Segunda Guerra Mundial, em 1945, mereceu sessão especial no Plenário em 1995, 50 anos depois. Um dos mais emocionados era o senador Romeu Tuma: “A alegria daquele 8 de maio ficará perpetuada como a maior demonstração de júbilo já vista. Foi o regozijo dos homens livres diante da derrota imposta aos mais celerados liberticidas da história, regozijo que repercute até hoje para comemorar o dia em que a liberdade e a paz voltaram à luz na maior parte do mundo”.

13 de maio – O Decreto 21.366/32, de Getúlio Vargas, destinou o segundo domingo de maio a homenagear as mães: “O dia deve ser dedicado a comemorar os sentimentos e virtudes que o amor materno concorre para despertar e desenvolver no coração humano”. No Senado, a data foi lembrada pelo senador Ezechias da Rocha, há 50 anos, em 13 de maio de 1957: “Por toda parte, desde o mais humilde tugúrio ao mais faustoso solar, ajoelhou-se, enternecida, a alma dos homens, ante o vulto ou a imagem daquela que encara a extrema dedicação ou o extremo amor. E nessas horas desmembramo-nos das paixões terrenas para vivermos o quase celeste aconchego do coração materno”.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do *Jornal do Senado*: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Raul Grilo e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

A burocracia na hora de legalizar a empresa

A carga de impostos ainda dificulta a vida do empresário, mas sob todos os pontos de vista vale a pena formalizar a empresa. Acesso a crédito, amparo aos empregados, tranquilidade diante dos órgãos de fiscalização são importantes para começar do jeito certo. Veja os detalhes nesta terceira e última reportagem sobre como abrir seu negócio.

Obrigações

Embora variem com o tipo de atividade, veja uma lista das principais obrigações de uma empresa.

Tributos e encargos

Federais

Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)

CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)

CSS (Contribuição para a Seguridade Social)

FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)

INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)

IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)

IR (Imposto de Renda)

PIS (Programa de Integração Social)

Estaduais/municipais e outros

ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias - estadual)

ISS (Imposto Sobre Serviços - municipal)

Contribuição sindical

O microempresário pode optar pelo Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), um mecanismo para facilitar o pagamento dos tributos federais, englobando-os num único imposto.

Livros contábeis

São vários os livros obrigatórios e é necessário contratar um contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade para mantê-los atualizados e em ordem, evitando multas e problemas quando houver fiscalização.

Tipos de empreendimentos do ponto de vista jurídico

► **Empresário & autônomo** – O empresário tem como profissão produzir ou comercializar bens ou serviços e deve inscrever-se na junta comercial. Quem exerce profissão intelectual, mesmo com auxiliares, não é empresário, mas autônomo (engenheiro, arquiteto, contador, professor). Deve inscrever-se na entidade de classe.

► **Sociedade simples** – Formada por dois ou mais autônomos que, por meio de contrato, contribuem com bens ou com serviços para os resultados, que são divididos entre eles.

► **Sociedade empresária** – Visa

exercer atividade empresarial, é pessoa jurídica e se inscreve na junta comercial. Tipos: anônima; em nome coletivo; em comandita simples; em comandita por ações e limitada (S.A., a mais comum). Características:

- Capital social é o total aplicado. Divide-se em cotas iguais ou desiguais, distribuídas entre os sócios.
- O sócio não pode prestar serviços à empresa.
- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas.
- Os sócios não podem fazer retiradas do capital social.

Como definir um nome para sua empresa

O nome empresarial do empreendedor deve ser o seu nome pessoa física. Já as empresas podem ter um ou dois nomes.

Firma ou razão social – Usado pelo empresário; sociedades em nome coletivo; em comandita simples; e sociedades limitadas. Deve ter pelo menos o último sobrenome de um dos sócios e a expressão "Limitada" ou "Ltda.".

Nome fantasia – Usado por sociedades anônimas e cooperativas e, opcionalmente, sociedades limitadas e em comandita por ações. É composto por palavra de uso comum ou expressão de fantasia incomum acrescida da principal atividade e do tipo de empresa. Mais informações no Departamento Nacional de Registro do Comércio (www.dnrc.gov.br).

Lei reduzirá burocracia

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas define novos patamares de faturamento para enquadrar essas empresas, estabelecendo um só cadastro e um imposto único – o Simples Nacional. Já a abertura de uma empresa poderá ser feita por meio de um único órgão público. Como é preciso integrar cadastros e procedimentos da União, estados e municípios, a lei ainda não mudou a vida de quem abrir uma empresa.

Etapas para ter acesso a crédito

O crédito deve ser usado apenas na complementação de recursos para implantar a empresa, garantir capital de giro e expandir o negócio.

- **Análise do cadastro** da empresa, sócios e avalistas.
- **Enquadramento da operação** nas linhas de crédito da instituição financeira. Atenção: taxas e prazos variam conforme a linha. Verifique se a sua empresa está enquadrada corretamente e se não há linhas melhores.
- **Garantias** – Além das tradicionais (imóveis, etc.), há garantias para a microempresa. Procure o balcão Sebrae da sua cidade (www.sebrae.com.br).
- A concessão ou não de crédito baseia-se em projeto de viabilidade econômico-financeira: o Sebrae ajuda a fazê-lo.



Quem não registra não é dono

Registre a marca da sua empresa e a patente do seu produto: veja como fazer nas edições do Especial Cidadania 129, 130 e 131 – de 3, 10 e 17 de julho de 2006 (www.senado.gov.br/comunica/agencia/cidadania/index.htm).

Passo a passo do registro

1. **Assessoria** – Contrate um profissional especializado para redigir o contrato social e assessorá-lo no enquadramento jurídico da empresa. Veja como registrar empresas comerciais e industriais.
2. **Consulta prévia de local** – Verifique na administração regional ou prefeitura se a empresa pode funcionar no endereço pretendido.
3. **Nome** – Não pode haver duas empresas com nomes idênticos, no mesmo setor e estado. Veja na junta comercial ou no cartório de registro de pessoas jurídicas se pode usar o nome que deseja.
4. **Registro na Junta Comercial** – É feito após a aprovação de nome e endereço.
5. **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ, antigo CGC)** – Consulte o site da Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br) para ver como obter o CNPJ.
6. **Alvará do Corpo de Bombeiros** – As prefeituras costumam exigir inspeção e

vistoria pelo Corpo de Bombeiros, que emitirá licença.

7. **Alvará da prefeitura** – Em geral concedido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

8. **Inscrição estadual** – É preciso apresentar Certidão Negativa de Débito, do titular ou dos sócios, para com a Fazenda Pública Estadual.

9. **Inscrição na Previdência Social/Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** – A matrícula é feita simultaneamente à inscrição da empresa no CNPJ ou direto no INSS.

10. **Autorização para impressão de documentos fiscais** – Solicitada à agência da receita estadual.

11. **Inscrição no sindicato patronal** – Procure a federação das indústrias ou do comércio do seu estado.

12. **Outros** – Conforme atividade e local da empresa, serão necessários outros registros e inspeções, como da Vigilância Sanitária e das secretarias de Saúde e de Meio Ambiente.

Regras para exercer atividades de serviços

Os passos para a abertura de empresas do setor de serviços são iguais aos indicados para empresas comerciais e industriais, exceto os de nºs 3 e 8 (não exigidos) e 4, 9 e 11 (diferentes).

4. **Registro no cartório de registro civil de pessoas jurídicas** – Quando o contrato social estabelecer que o objetivo social envolve atividades privativas de administrador, contabilista, advogado etc., apresentar certidão dos respectivos conselhos profissionais, como CRA, CRC e OAB.

9. **Inscrição municipal** – É obrigatória para toda empresa que, mesmo sem sede no município, nele exerça atividade sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Todos os documentos fiscais da empresa deverão trazer esse número.

11. **Autorização para impressão de documentos fiscais** – Solicitada na Secretaria Municipal de Fazenda

O custo para abrir uma empresa varia conforme o município/estado e o tipo de empresa. Já o tempo médio é de 70 dias.

